



Acta da Reunião Ordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões do dia vinte e oito de Setembro de dois mil e onze

--- Aos vinte e oito dias do mês de Setembro do ano de dois mil e onze, na cidade de Mangualde, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

--- Um - Aprovação da Acta da reunião anterior; -----

--- Dois - Informações; -----

--- Três - Análise, Discussão e Aprovação da 2.ª Revisão Orçamental do exercício económico de 2011, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 13º da Lei 45/2008, de 27 de Agosto e na alínea b) do nº1 do artigo 21º dos Estatutos da CIMRDL; -----

--- Quatro - Ponto de situação do Processo de Contratualização entre a CIMRDL e a Autoridade de Gestão do Programa "Mais Centro"; -----

--- Quinto – Outros Assuntos; -----

--- Realizada a chamada cerca das dezoito horas e trinta minutos, verificaram-se as faltas dos seguintes Deputados: -----

--- Carla Maria Baltasar Pedro; -----

--- Márcio Ferreira dos Santos; -----

--- Sónia Marisa Oliveira Ferreira; -----

--- Filipe Manuel Pinheiro Ferraz; -----

--- Aníbal José Carvalho Maltez; -----

--- Maria Ester Vargas de Almeida e Silva; -----

--- Adriano Lourenço de Almeida; -----

--- Vítor Mateus Ferreira da Silva; -----

--- Maria de Fátima Coelho Ferreira; -----

--- Verificando-se a existência de "quórum", o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. Almeida Henriques, declarou aberta a Assembleia, tendo convidado, na ausência da Senhora Deputada Fátima Ferreira, a Senhora Deputada Margarida Messias, pelo facto de esta também ser do Partido Socialista e ser da cidade que acolhe hoje esta Assembleia Intermunicipal. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. Almeida Henriques, aproveitou ainda o ensejo para fazer uma declaração que se transcreve: "Gostava de realçar, antes mesmo do início dos trabalhos, e prende-se com o facto de esta ser a primeira Assembleia Intermunicipal a que eu presido depois de ter assumido funções governativas e queria antes de mais transmitir, a todos, o gosto que tenho em continuar a presidir a esta Assembleia. -----



--- Tive o cuidado do ponto de vista formal de verificar se havia alguma incompatibilidade, pedi um parecer inclusivamente à Associação Nacional de Municípios Portugueses, que me disse não existir nenhuma incompatibilidade, no fundo a nossa eleição aqui resulta de uma outra eleição para as Assembleias Municipais das quais fazemos parte e portanto se sempre defendi que devemos honrar os nossos compromissos até ao fim, portanto independentemente das funções que agora desempenho, irei procurar honrar também esta responsabilidade que tenho perante vós, de continuar a presidir a Assembleia Intermunicipal.

--- Compreenderão que eu balize desde já aqui alguns comportamentos, eu estou aqui na qualidade de membro eleito da Assembleia Municipal de Viseu e não na qualidade de membro do Governo. Portanto em momento algum confundirei as minhas funções, aliás já o disse hoje de manhã na Assembleia Municipal de Viseu a que presidi, em nenhum momento na Assembleia Municipal de Viseu nas múltiplas funções que já desempenhei, nunca usei da palavra noutra qualidade que não fosse na qualidade de eleito da Assembleia Municipal, aqui farei o mesmo nunca usarei da palavra noutra qualidade que não seja como eleito desta Assembleia Intermunicipal. -----

--- Obviamente que haverá um ou outro momento em que poderá haver algum ponto de algum conflito, até porque como sabem entre as responsabilidades que tenho, tenho a responsabilidade do Desenvolvimento Regional onde se enquadram muitos assuntos que são aqui falados, mas se me permitirem eu vou gerir da melhor maneira essas situações optando quando sentir que há alguma colisão de algum conflito, optarei sempre por me abster daquilo que sejam assuntos que possam estar, enfim para que em consciência me sinta bem e também perante vós para que não haja aqui uma situação em que eu me sinta desconfortável. Feita esta ressalva que acho que era importante até pela consideração e amizade que me merecem, iríamos então dar início à nossa Assembleia Intermunicipal. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia passou de imediato ao **período antes da ordem do dia**, perguntando se algum dos presentes pretendia inscrever-se. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado João Vale de Andrade, cuja intervenção se transcreve: "A minha intervenção prende-se com um desafio que lanço aqui aos Senhores Deputados e a esta Assembleia por um assunto que tenho levado, já de há uns tempos a esta parte, pelo menos a duas sessões de Assembleia Municipal do Município onde fui eleito e que se prende com a reforma administrativa do território, designadamente com uma primeira fase de extinção das freguesias. Tenho defendido que é um bom caminho e havia de começar por algum lado e com algum interesse e atenção ouvi as linhas directivas dessa reforma administrativa que o governo se propõe fazer, quando o Ministro Miguel Relvas apresentou



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'A. F. F. F.', with a checkmark above it.

esse programa no Verão passado, na Universidade de Verão, onde eu me revejo na maior parte das medidas. -----

--- Acho que devemos começar efectivamente pela extinção das juntas de freguesia, não todas mas seguir um critério que parece razoável extinguir as juntas de freguesia que se situam nas sedes do Concelho. Tenho tido algum cuidado na análise daquilo que são as competências desse órgão autárquico e penso que a maior parte das vezes aparecem sobrepostas ao do próprio município e estou convicto que as populações não sentirão qualquer tipo de diferença com a extinção das juntas de freguesia da Sede do Concelho. -----

--- Recordo que esta reforma administrativa, pelo menos nesta linha fundamental, consta do Memorando celebrado com as entidades que decidiram apoiar Portugal e que portanto por via disso há que honrar os compromissos assumidos e aí estão comprometidos Partido Socialista em primeiro lugar que foi quem assinou e subscreveu o documento e depois quem o processou, neste caso o Partido Social Democrata e sempre com carácter especial. É uma boa medida, penso que adequada, para uma primeira fase, estou convencido que como digo não trará transtorno às populações, tem com certeza questões de ordem jurídica e até constitucional mas as leis fizeram-se para vigorar em determinado momento e sempre que elas se encontram desajustadas podem ser revistas, podem ser alteradas e adaptadas às novas circunstâncias. -----

--- Eu penso que a Assembleia Intermunicipal é o espaço de eleição para esta discussão ter lugar, princípio de circunstância, de que pode sair desta reforma administrativa um reforço de competências para as Comunidades Intermunicipais, para além de que dada a circunstância de não sendo membros desta Assembleia, os Senhores Presidentes de Junta, mas que fazem parte das Assembleias Municipais respectivas, é extremamente difícil levantar este tema numa Assembleia Municipal, com alguma liberdade, sem preconceitos e poder fazer a discussão clara, objectiva e correcta das vantagens e eventuais desvantagens. -----

--- É evidente que nós sabemos que temos os Presidentes de Junta como membros das Assembleias Municipais, legitimamente eleitos e estão lá por inerência. É manifesta a sua oposição, nem sequer permitem que a discussão quase tome o seu início, porque somos imediatamente alvo de intervenções sucessivas, contrárias, preferindo sempre colocar este assunto como um tabu e não como um tema que tem de ser discutido. -----

--- Dada a circunstância desses Presidentes de Junta, aliás que me pareceu pela leitura da lei que regula as Comunidades Intermunicipais não teriam assento, têm que ser eleitos directamente e que aliás a situação que o Dr. Almeida Henriques acabou de frisar no caso específico dele próprio, porque foi eleito pela Assembleia Municipal o que não acontece com

Handwritten signature in blue ink.

os Presidentes de Junta, parece-me ser este o espaço ideal, o espaço certo e o espaço para que sem paixões, sem preconceitos este assunto poder ser discutido. -----

--- Por último, estou mesmo em querer que ao evitarmos este tema ou colocarmos-nos numa posição de não querer discuti-lo, acabaremos todos por sermos surpreendidos por uma reforma que poderia ser com certeza melhor, se as pessoas em clima de liberdade pudessem fazer a discussão. -----

--- Acho que numa primeira fase a extinção das freguesias que coincidem com as sedes de concelho se justifica, seria muito positivo e não traria qualquer tipo de alteração para a população. Antes mesmo deste Memorando o Município de Lisboa também tomou essa iniciativa e reduziu de cinquenta e duas para vinte e quatro freguesias. Portanto penso que sem tabus e num clima de liberdade este assunto devia ser discutido e este é de facto o local próprio." -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Rui Costa, cuja intervenção se transcreve: "Senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal as minhas felicitações pelas novas funções, que extravasam o nosso âmbito e fico feliz por ver pessoas de Viseu a assumirem responsabilidades em cargos governativos. -----

--- Meu caro amigo João Azevedo permite-me que me dirija assim é sempre um prazer estar contigo e mais a mais numa autarquia a que presides. Senhor Presidente do Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal, senhores e senhoras deputados. -----

--- O que me traz aqui é efectivamente a questão da reforma administrativa que foi anunciada os seus traços gerais no Livro Verde, o Documento Verde que foi anunciado na passada segunda-feira, pelo Primeiro-Ministro e para vos dizer o seguinte: -----

--- Encaro com preocupação não só os critérios para a redução de autarquias, como também e sobretudo, o facto de se estar a confundir Comunidades Intermunicipais, que são Associações de Municípios com autarquias locais. A nossa Constituição é muito clara, estabelece três tipos de autarquias locais: a freguesia, o município e a região administrativa, sendo que em relação aos casos específicos das ilhas e das grandes áreas metropolitanas está nessa constituição que a Lei pode criar outro tipo de autarquias locais. -----

--- Em primeiro lugar, porque já era este o regime tradicional de todos os códigos administrativos do Século XIX e também do Século XX só em setenta e seis foi interrompido, por isso, é que em Lisboa e Porto havia uma coisa chamados bairros administrativos, havia era também a tradição de haver um regime específico para as ilhas em matéria de governação local, através dos distritos autónomos e que inclusivamente a própria constituição de trinta e três, apesar do próprio carácter pouco democrático manter. -----



A handwritten signature in blue ink, with a large arrow pointing downwards from the top right corner of the page towards the signature.

--- Portanto estamos limitados a isto e eu confesso-vos não obstante de não poder deixar de conhecer a validade democrática do mandato que aqui exerço, julgo que equiparar Comunidades Intermunicipais a autarquias locais deve necessariamente implicar a eleição directa dos membros dos seus órgãos pelas populações, porque de outra forma estaremos a abandonar por completo o conceito de autonomia local e todos nós devemos fazer um exercício de introspecção e pensarmos até que ponto que as decisões que aqui tomamos são sentidas e são participadas pelas comunidades locais que aqui representamos, não há uma imediação entre aquilo que é a nossa actividade política, entre aquilo que é o método da nossa eleição para esta Assembleia Intermunicipal e aquilo que é no caso das autarquias locais a imediação entre eleitores e eleitos e portanto gostava de deixar esta nota e esta reflexão pessoal muito vincadas e muito claras. -----

--- Quanto à preocupação do número de autarcas e ao número de autarquias. Eu imagino que aqui vos vá surpreender estavam à espera provavelmente do discurso, perdoem-me a expressão discurso de cassette contrária e este tipo de redução, pois bem não é de facto esse o meu sentido, tanto mais que o Documento Verde cuja análise já fiz no meu Concelho em São Pedro do Sul, apenas vai impor a extinção de uma freguesia, uma freguesia, porque a cidade abrange duas freguesias e se a cidade não abrangesse duas freguesias São Pedro do Sul e Várzea e não fosse essa a lei que permitiu a São Pedro Sul ser cidade a aglomeração dessas duas freguesias, nem a Várzea sequer era extinta obrigatoriamente, portanto este documento vai trazer de facto uma grande redução de autarquias e as linhas de base prevêem uma grande redução nos grandes centros urbanos e aí julgo que o caminho da redução deve ser repensado e o documento repensa bem a questão das competências das freguesias nos grandes meios urbanos mas em termos rurais não há que nos assustarmos porque sobreviverão todas as freguesias com cento e cinquenta habitantes, habitantes não eleitores, que distem da sede de concelho quinze quilómetros, portanto nada rigorosamente de novo na matéria de redução de autarquias locais em relação aos meios rurais. -----

--- Segundo ponto, não menos importante é a questão da fusão de municípios o que se diz é que a fusão de municípios será incentivada, será incentivada não se diz em que termos mas seria de bom de facto que o fosse isto porquê? Porque apesar de Portugal ser um dos países com municípios de maior dimensão da Europa, note-se nós temos municípios de grande dimensão porque fizemos uma reforma que mais ninguém fez, por exemplo em Espanha hoje há oito mil municípios dos quais quatro mil têm menos de mil eleitores ou de mil habitantes, portanto estamos a falar de eleições totalmente diversas, mas apesar disso as dificuldades económicas do nosso país e os projectos de alguma envergadura exigiriam provavelmente

concelhos de outra dimensão e portanto é preciso ver esses incentivos porque na nossa própria Comunidade Intermunicipal temos por exemplo populações que não se opõem muito a uma fusão, por aquilo que tenho visto em alguns fóruns cibernéticos e falo da nossa Região de Lafões em que há alguma receptividade a uma ideia de fusão dos três concelhos, mas há outras por exemplo com muita menor dimensão do que qualquer um dos três concelhos de Lafões, que é o caso de Nelas e de Canas de Senhorim, em que só a ideia de permanecerem juntos ainda cria urticária a algumas camadas da população. -----

--- E aqui chegado para dizer também o seguinte: a actual lei de criação e extinção de freguesias e de municípios são duas leis, aliás são três, têm um grande inconveniente é que não tratam da mesma forma freguesias e municípios, uma freguesia para ser extinta ou para ver os seus limites territoriais alterados não dá para ser de carácter vinculativo, os órgãos da freguesia não dão mas os órgãos do município já podem dar e no meio disto aquilo que dispõe a carta europeia da autonomia local é que estas mudanças sempre que possível sejam precedidas de consulta à população via referendo essa solução não se compagina com a actual lei, é possível o referendo local nessa matéria se todas as autarquias dispuserem de capacidade de fazer um parecer vinculativo, de dar um parecer vinculativo sobre a sua extinção ou modificação territorial e na medida em que as autarquias têm essa competência própria é possível referendar localmente o exercício dessa competência e julgo que uma reforma destas não se pode fazer nunca mas nunca contra a vontade das populações deve ser sempre feita ao lado e na medida de interesses das populações, até porque vimos em relação às freguesias rurais esta reforma pouco mais é que nada e muito provavelmente meu caro João Vale de Andrade continuaremos a ter, no caso de Analoura não, porque são menos de cento e cinquenta já não teremos, mas continuaremos a ter o grosso das pequenas freguesias, freguesias essas que continuam a ser castigadas por uma lei de finanças locais que não lhes dá recursos e que serve quase em exclusivo muitas vezes para alimentar as compensações dos seus membros e aqui só para rematar e finalizarei com isto, propõe o governo também a redução do número de vereadores e a redução do número de deputados municipais, estou em crer e é natural para quem vem de um partido pequeno, que isto não passa de uma espécie de lei de ignóbil porcaria de mil novecentos e um, em que se prejudicaram republicanos em eleições por golpes de secretaria em termos eleitorais e quero dizer o seguinte: o que custa dinheiro não são os deputados municipais, não são os vereadores que não estão em regime de permanência, o que custa dinheiro foi o fim da limitação do número de vereadores em regime de permanência, porque vimos muitas vezes municípios e sem desprimor para Vouzela, que tem doze mil habitantes com cinco vereadores em permanência e um município como por

exemplo Tondela que julgo nunca terá chegado a ter ou tem esses cinco vereadores mas tem três vezes a população e duas vezes a área, e portanto por aqui me fico.” -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado José António Pereira, cuja intervenção se transcreve: “O motivo porque venho aqui prende-se essencialmente com um produto que nos é muito querido na nossa região, que é o vinho do Dão. Estamos no fim de mais uma época de vindimas pelo que é oportuno falar sobre vinho, como produto de eleição da nossa região aos níveis económicos, sociais e patrimonial. -----

--- Preocupa-me no entanto das notícias que têm vindo a ser reveladas na comunicação social, relativas à alteração da taxa de IVA a aplicar ao vinho, quer seja vendido isoladamente ou acompanhando uma refeição servida em qualquer restaurante. -----

--- Assim é importante que esta assembleia tome uma posição clara e inequívoca sobre esta matéria de forma a evitar que se altere esta taxa, e desta forma vou apresentar uma moção que pretendia que fosse votada por todos vós porque defende a nossa região, um produto que é muito querido para a nossa região e muito importante. Então a moção: -----

--- A Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões tem na sua área geográfica de acção uma série de produtos endógenos que, pela sua especificidade, qualidade e singularidade, destacam a região, os seus habitantes, as localidades e os municípios que a constituem. -----

--- Destes produtos, o vinho, ganha particular importância, quer por ser o produto que constitui a trave mestra da produção agrícola regional, quer pelo reconhecimento que alguns dos produtores e vinhos da região têm obtido em todo o país e no estrangeiro, quer pelo peso económico e social que representam. -----

--- Assim, face às notícias recentemente veiculadas pela comunicação social, relativas à alteração da taxa do IVA a aplicar ao vinho, quer seja vendido isoladamente, ou acompanhando uma refeição servida num restaurante, é importante que esta Comunidade Intermunicipal em particular esta Assembleia, tomem posição clara e inequívoca quanto a esta matéria. -----

--- Segundo dados publicados pelo Instituto da Vinha e do Vinho, o preço do Vinho de mesa Regional, no produtor, caiu entre 2000 e 2006 cerca de 6%, redução que atinge o valor de 9% no vinho DOC Dão. Ora, esta redução que tem vindo a ser repercutida essencialmente junto dos agricultores e viticultores, tem levado a um estrangulamento no valor pago pela matéria-prima e, também, a crescentes dificuldades no sector produtivo, essencialmente no sector cooperativo. -----

--- Perante um mercado sem capacidade de absorver qualquer aumento de preço, o aumento da taxa de IVA, será obrigatoriamente repercutida nas margens de lucro da produção e da

comercialização sendo que os produtores, por serem os que têm menor capacidade comercial e, normalmente, são os que efectuam os maiores investimentos e assumem os riscos naturais do sector, são estes, as principais vítimas da redução das margens de lucro na comercialização. ---

--- Esta redução, mais que previsível do preço da matéria-prima no agricultor, associada à forte queda já ocorrida nos últimos anos, levará ao estrangulamento e conseqüente desaparecimento da grande maioria dos viticultores, começando pelos mais pequenos, mas que, inevitavelmente, irá atingir a todos, podendo levar ao abandono das vinhas, da produção é à morte de um dos mais emblemáticos sectores da economia regional e nacional. -----

--- É neste sentido que a Assembleia Intermunicipal reunida em vinte e oito de Setembro de dois mil e onze, solicita ao Senhor Presidente da República, à Senhora Presidente da Assembleia da República, ao Senhor Primeiro Ministro, à Senhora Ministra da Agricultura e aos Presidentes de todos os Grupos Parlamentares que: -----

--- Primeiro - Tendo em atenção a especificidade do sector; -----

--- Segundo - Levando em linha de conta o elevado peso do vinho e tudo o que lhe está associado, tem para a economia nacional, particularmente em algumas regiões como é o caso da Região Demarcada do Dão; -----

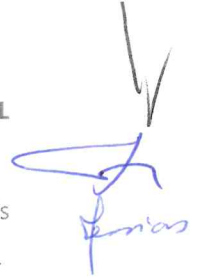
--- Terceiro - Tendo em linha de conta o peso histórico do Vinho, enquanto produto natural, gastronómico e cultural; -----

--- Quarto - Atendendo a que, apesar do crescimento exportador do sector, o mesmo não sobreviverá sem o consumo interno que, com eventuais subidas da taxa do IVA poderão vir a sufocá-lo. Assim propõe que: -----

--- Não se altere a taxa do IVA aplicada, como consta no posicionamento do vinho nas listas anexas ao código do IVA, mantendo-o como parte integrante dos bem sujeitos à taxa intermédia de 13%; -----

--- Se, eventualmente, decidir pela alteração daquela taxa, considere o vinho como produto essencial, que o é de facto e o coloque na lista dos bens sujeitos à taxa reduzida." -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Rui Costa, cuja intervenção se transcreve: "Era para dizer que subscrevo integralmente o conteúdo da moção sugerindo apenas que se adicionasse também a manutenção do IABA, Imposto sob Álcool e Bebidas Alcoólicas, ou IEC na taxa 0, porque actualmente o vinho é um bem sujeito a IABA, simplesmente a sua taxa é 0, na cerveja já tem outra taxa e nas outras bebidas alcoólicas também terá e essa possibilidade, é uma possibilidade real e que aí sim encarecerá não só o preço do vinho como também o processo produtivo por causa dos entrepostos fiscais, de uma maior fiscalização e isso poderá



representar uma maior ameaça real, com o acrescento do IABA então votaria com muito mais prazer, já vou votar sim mas votaria então com muito mais prazer.”-----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa, Dr. Almeida Henriques questionando o promotor da moção se aceitava incluir ou não, na moção a sugestão do Deputado Rui Costa.

Tendo resposta sido favorável foi solicitado ao autor da moção que a entregasse aos serviços devidamente redigida. -----

--- Colocada a votação foi a presente moção aprovada com quarenta e sete votos a favor, sete abstenções e um voto contra.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Manuel Oliva, cuja intervenção se transcreve: “Também quero deixar aqui as saudações pela sua nomeação a membro do governo e portanto estamos todos na expectativa do bom trabalho que naturalmente vai conseguir desempenhar, sucessos.-----

--- Senhor Presidente da Câmara de Mangualde é com enorme prazer que regresso aqui a esta terra onde já desempenhei a minha actividade no tribunal e por isso é de facto um prazer e uma honra ver um dos nossos autarcas, de quem muito se espera no desenvolvimento do Concelho.-----

--- Senhor Presidente da Câmara Municipal de Tondela, ilustre Presidente e prestigiado desta assembleia; senhor Secretário Geral, meus senhores e minhas senhoras. Queria de facto reforçar a ideia de que o debate do poder local é de facto aquele que se aproxima com alguma celeridade e portanto para reforçar na minha opinião a necessidade de a todos níveis, nomeadamente nesta assembleia, se poder fazer uma reflexão profunda, é seguramente uma das reformas mais importantes do ponto de vista administrativo que o país tem pela frente e portanto não se pode perder com jogos de poder e fazer uma reforma minimalista que não serve o país e que não serve o nosso futuro e não serve os nossos filhos. -----

--- E por isso eu limito-me a subscrever, por inteiro, as reflexões que aqui foram já produzidas a este propósito pelo senhor deputado que está aqui na primeira fila e pelo Rui Costa, enfim esse já com trabalho produzido e permite-me que, se não te importas, o diga aqui um trabalho que me parece de grande envergadura sobre esta matéria. -----

--- Portanto eu vou-lhe pedir no sentido de enfim facultar alguns traços gerais desse trabalho e portanto é para reforçar a ideia de que o debate sobre o poder local e sobre as autarquias é fundamental. -----

--- É fundamental entender qual é alteração de fundo e nomeadamente as competências das juntas de freguesia que são fundamentais e básicas e perceber os critérios ou não das fusões

✓
A
Pereira

dos nossos municípios, no nosso concelho, na nossa zona temos alguma coisa a dizer e portanto fico-me por aqui, à espera desse debate.” -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Mário Pereira, cuja intervenção se transcreve: “A questão que vinha aqui trazer tem que ver com a questão exactamente da reorganização administrativa, os meus colegas de Vouzela sabem e desafiaram-me há tempos a dizendo que não era capaz de vir aqui dizer o que já tenho dito na Assembleia Municipal de Vouzela. -----

--- Desde há muito tempo que sou um defensor da criação do Concelho de Lafões, portanto não é de agora nem tem que ver com esta reorganização administrativa nem com esta Lei. -----

--- A questão que se põe e penso que nós temos de olhar para isto com espírito aberto, por vários problemas, por várias situações e primeiro as condições de circulação das pessoas e da vida das pessoas nalguns territórios modificaram-se e hoje não são as mesmas, e falo nomeadamente da Região de Lafões em que as pessoas circulam muitas vezes sem saber até em que concelho estão porque de facto hoje as pessoas circulam indistintamente e há muitas pessoas, como eu, que trabalham indistintamente nos três concelhos portanto e que circulamos permanentemente. -----

--- Eu moro num concelho, trabalho noutra, estou numa assembleia municipal de outro, já nem sei, e porque essa é uma questão já do quotidiano. De facto é uma questão que tem de ser analisada neste ponto de vista não só aproveitar o contexto político para analisar também deste ponto de vista e por outro lado há concelhos demasiado pequenos como aquele em que eu moro, Oliveira de Frades, e estou aqui a representar que é a Assembleia Municipal de Vouzela, mas de facto qualquer destes concelhos é hoje demasiado pequeno para a planificação de determinados serviços e até para a criação de alguns apoios sociais. São demasiado pequenos para a planificação de coisas como a saúde, como a educação como até a própria questão dos empregos hoje, a questão dos parques industriais etc. -----

--- Alguns destes concelhos são demasiados pequenos, não têm massa crítica suficiente em muitas áreas, inclusivamente, o planeamento urbano. Conseguir que três territórios tão perto, tão misturados, intercalados e intersectados por tudo, por rios, pelas estradas, tenham três planos directores municipais independentes e que até podiam ser completamente desligados uns dos outros é a razão que me move. -----

--- Esta é uma oportunidade que nós temos de discutir, de uma forma aberta, não em função da política propriamente dita, não em função se é mais barato ou não mas em função também daquilo que serão os melhores interesses das populações e aquilo a que corresponde hoje à vida das populações, porque nós vivemos em espaços rurais mas somos suburbanos pelo modo de vida. -----



Handwritten signature and initials in blue ink, including a checkmark at the top and the word 'Finanças' written below the signature.

--- Portanto tudo se mudou e hoje isso mudou muito. Isto implicará obviamente alguma coisa também nomeadamente com as Comunidades Intermunicipais portanto esta ideia do que se fazer de alguns organismos basicamente regionais a pensar na Direcção Regional de Educação do Centro, etc., se estas competências forem todas entregues aos municípios vai ser uma grande trapalhada, quer dizer eu penso que os municípios mais pequenos não têm sequer dimensão para gerir serviços como estes e não sei se as Comunidades Intermunicipais não deveriam vir a ter aqui um papel na gestão destas coisas nomeadamente questões ligadas com a educação, saúde, etc. aliás nós na saúde temos os centros de saúde ACES, muitas coisas, mesmo, eu penso que é por aqui que nós realmente devemos pensar em estudar esta coisa, não tanto se isto vai dar mais ou menos valores mais ou menos cargos, se vai extinguir cargos de direcção ou não, também provavelmente iria, não é muito relevante. -----

--- Mas quando se fala por exemplo na reorganização de outros serviços também é inevitável, sejamos sérios também nas Finanças, até se calhar dos notários, outras coisas, se isto não for visto numa perspectiva de interrogação e de uma discussão aberta entre determinados territórios mais abrangentes que os pequenos municípios, vai levar a disputas e a querelas entre municípios com provavelmente estragos sérios para aqueles que forem mais fracos ou mais frágeis, onde as populações tiverem menos poder reivindicativo. -----

--- Eu penso que era nesta lógica que nós devíamos eventualmente manter esta discussão e este é um pequeno contributo neste sentido e que não tem que ver com a posição partidária, porque embora represente aqui o Partido Socialista sou independente nesta questão sempre, é uma opinião que já tenho publicada á mais, há muitos anos e portanto que mantenho e agradeço por a poder expor aqui.”-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Jorge Abreu, cuja intervenção se transcreve: “Espero que se estejam a sentir muito bem neste Concelho de Mangualde, que por razões profissionais também hoje o sinto como meu, porque parte da minha vida também já é dedicada neste concelho e todas as preocupações que existem neste espaço muito agradável, também para mim são muito importantes e é muito bom ver que esta cidade, este concelho e este município nos recebe num momento particularmente importante e difícil.-----

--- As razões que me trazem, são duas porque por vezes devemos recordar o passado para conseguir delinear e caminhar no futuro. Eu começaria por ir mesmo pegando nas palavras da pessoa que me antecedeu e quando friso a questão de ser aqui eleito pelo PS, estar aqui a representar o Partido Socialista, mas ter um estatuto independente eu também sou assim. Sou eleito pelo PSD por uma coligação PSD-CDS-PP, mas com um estatuto de independente e gosto sempre de manter a minha posição e até que me dê conta de que estou no caminho errado

Handwritten signature in blue ink, possibly 'J. Gomes'.

mas nesse sentido eu penso que não. E como foi enviado penso que a todos os senhores deputados, na acta da última reunião da nossa Assembleia Intermunicipal, na minha intervenção que fiz e é uma das grandes preocupações que tenho levantado aqui e noutros fóruns onde tenho participado é a questão da colocação das portagens na A25. -----
--- Sempre considerei esta auto-estrada como uma auto-estrada extremamente necessária para o desenvolvimento desta região, em particular hoje e parece quase de propósito, neste concelho onde trabalho e onde a empresa onde trabalho necessita extremamente desta via, tanto a nível dos interesses empresariais como também dos próprios trabalhadores, defendi enquanto era governado este país pelo Partido Socialista de que não fazia qualquer sentido a colocação de portagens nesta auto-estrada, tive o cuidado de referir que fiz todo o percurso na Nacional dezasseis, desde o extremo do Concelho de Mangualde até às proximidades da zona de Aveiro e de facto, como disse na sessão anterior, fiquei escandalizado, escandalizado, com aquilo que outrora foi dado como alternativa porque no passado falava da questão da alternativa, temos concelhos que a Nacional dezasseis foi transformada em ruas, com pouca mas muito pouca capacidade de circulação da própria população quanto mais desviarmos para esses troços a quantidade de veículos pesados e ligeiros o que levaria a um grande grau de sinistralidade, estamos num concelho então que o Senhor Presidente com certeza será uma das suas preocupações, porque tem na sua responsabilidade um troço de cerca de quarenta e nove quilómetros, a Nacional dezasseis, que de facto atravessa o concelho, onde há algumas responsabilidades a nível do próprio município, pelo menos no passado era, não sei se há alterações nesse sentido mas aquilo que se verifica é que houve no anterior governo um investimento de milhares de euros em pórticos colocados na A vinte e cinco e noutras SCUTS para a cobrança de portagens e era dito que seriam colocados e passariam a ser portajadas a partir do momento em que houvesse uma alternativa, continuo a dizer hoje com um governo de PSD-CDS-PP, de que esta alternativa não está criada e no meu entender como uma visão de futuro é muito mais fácil nós hoje perdermos ou desistirmos de um investimento de milhares de euros e podermos ganhar milhões de euros no futuro, com o investimento trazido para estes concelhos considerando que a A vinte e cinco é um troço fundamental, extremamente necessário a ligação da Europa a Portugal e principalmente o porto marítimo, e à nossa costa marítima e que não faz qualquer sentido que se mantenha esta posição de cobrança de portagens nesta auto-estrada, até que sejam encontradas soluções e alternativas de facto viáveis para não demorarmos cerca de duas horas a fazer um percurso que hoje se faz em trinta minutos ou vinte minutos. -----



--- Contudo a minha posição é que mantenham a posição que defendi em situações anteriores de que não faz qualquer sentido e é importante que este governo tenha uma mente mais aberta do que no passado, outros, assim não a tiveram, no sentido de encontrar uma outra solução. -----

--- O assunto que me traz é sobre a questão do IC trinta e sete e do IC doze que na Assembleia anterior do dia vinte e seis, foi apresentada por mim uma moção a pedir a construção destas duas vias. -----

--- Os representantes dos concelhos afectos ao Partido Socialista votaram contra esta moção e com muito espanto, muito recentemente, há cerca de alguns dias, os mesmos representantes do Partido Socialista enviaram um pedido ao senhor Ministro da Economia e aos demais, no sentido de solicitarem um esclarecimento sobre a construção desta via. -----

--- A questão que coloco é que estes senhores que votaram aqui contra esta moção, que foi apresentada no sentido e no interesse daquilo que é a nossa região e que votaram contra nesta linha política, porque é que hoje o partido que está na oposição, o Partido Socialista, pergunto o que é que mudou." -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Licínio Vaz, cuja intervenção se transcreve: "sem querer comentar os comentários, às vezes e na última reunião aconteceu assim, a certa altura um comentava o comentário do outro, não quero dizer isso só corrigir uma situação que é a seguinte: -----

--- Eu sou membro da Assembleia Municipal por Vouzela e foi dito aqui que, portanto a Câmara de Vouzela tinha ou chegou a ter cinco vereadores a tempo inteiro, é perfeitamente incorrecta esta opinião, nunca existiu nem incluindo o presidente portanto essa situação nunca existiu, outra situação é que, também vincula só o Dr. Rui Costa, é a questão de haver muitas vozes a favor da junção dos três concelhos Vouzela, Oliveira de Frades e São Pedro do Sul num único concelho. Essa opinião vincula-o a ele e não vincula mais ninguém além das pessoas que têm essa opinião, não é por agora no contexto actual, no contexto actual as coisas mudam nada mais do que uma opinião, inclusive toda a gente sabe que o deputado Rui Costa é de São Pedro do Sul embora esteja em Vouzela, daí o facto de ele ter afirmado que realmente era um concelho com cinco vereadores, nunca os teve nem actualmente nem antes nunca os teve. -----

--- Eu lembro-me na última reunião que tivemos desta Assembleia em que, foi antes das eleições, portanto com tudo o que isso acarreta em termos de emoção e tudo isso, mas foram vários temas versados mas basicamente um deles chamou-me à atenção, na altura fiquei até preocupado, porque sobretudo na área do ensino aquilo que foram os dados referentes à

chamada requalificação das escolas, foram aqui trocados argumentos foram números citados e que indiciavam que realmente havia um descontrolo muito grande e que havia um investimento portanto enormíssimo na requalificação das escolas se calhar partindo de um pressuposto de que as escolas de excelente qualidade dão sempre escolas com excelentes alunos.-----

--- A verdade é que o tema agora está um pouco arredado da discussão no sentido em que toda a gente aceita como boas as razões que agora levam portanto a reduzir a despesa, mas a verdade é que ficou-me sempre presente que todas essas virtualidades de seis anos de governação do Engenheiro Sócrates de repente transformaram-se realmente nos tais esqueletos que não param de cair dos armários. Eu nunca por nunca tentei fugir ao âmbito territorial quer de Vouzela quer aqui no caso da Assembleia Intermunicipal, porque acho que os temas locais é que têm de ser tratados mas estes temas também nos tocam a nós.-----

--- Eu gostava de saber, se houver alguém depois o possa dizer e tenha a oportunidade de o fazer, o que é que realmente acontece em termos desses gastos, que eu ainda hoje e na discussão na Assembleia ouvi e durante bastante tempo, porque andava a conduzir, que na dívida do sector empresarial do Estado, onde se incluem inclusive o Parque Escolar, o Estado tem neste momento uma dívida de trinta e oito mil milhões de euros e onde aparecem aqui coisas espantosas e onde cito um exemplo falando do Metro do Porto, o Metro de Lisboa e portanto realmente não tem nada a ver com algo que nos faça algum proveito aqui na zona, mas por exemplo o metro do Porto destina sessenta por cento das receitas anuais ao pagamento de juros e que há certas empresas públicas que precisam de vinte anos de receitas intocadas para pagar os juros de um ano e havia várias nessas situações, portanto o que está em causa aqui é que no caso da Parque Escolar é saber se efectivamente na altura se tratou simplesmente de uma discussão partidária e todos estamos dispostos a assumir que se tratou simplesmente disso e que há que corrigir todas estas situações, não sei exactamente se os modelos que vão ser tomados são os mais correctos, presumo que sim, tenho esperança que sim, mas a verdade é que foi umas das situações que na altura me chocou um bocado, porque ouvindo estes números fico a pensar que afinal os milhões e os milhares de milhões, as centenas de milhões são números, no caso da requalificação escolar, óptimos eu vejo o caso do Liceu de Viseu, do antigo Liceu de Viseu onde estive também, onde estudei, vejo por exemplo na Escola de Oliveira de Frades são dezenas e dezenas de milhões que continuam a ser gastos e que agora vão ser provavelmente cortados e vejo depois outras escolas que não tiveram hipótese sequer de ter as condições mínimas, portanto eu sei que também estas coisas nos chegam aos ouvidos através de uma comunicação social que muitas vezes altera um

pouco as manchetes mas queria que ficasse um pouco esta ideia, as coisas não é só quando nos tocam a nós em termos políticos que devem ser considerados boas ou más nós temos, falo pelo concelho de Vouzela e pelos membros desta Assembleia que já tiveram intervenções antes de mim, não houve nenhuma forma concertada, simplesmente temos um óptimo relacionamento e cada um tem a sua opinião, mas efectivamente naquilo que é a verdade deve ser abordado naquilo que não é verdade não é verdade. -----

--- De qualquer forma presumo que os tempos que aí vêm não serão muito favoráveis não o seriam em qualquer governação mas que pelo menos estes temas que sejam tratados de uma forma lisa e eu queria já agora para terminar só queria dizer que em relação a uma coisa que nos toca a Viseu, que é a parte do ensino superior independentemente do Politécnico ter junção ou não com a Católica, etc. o que eu acho é que deve haver no futuro uma preocupação, uma ligação maior das escolas aos alunos após a saída do ensino superior do que tem havido até agora, talvez por também ter filhos nessa situação eu verifico que de repente há certos cursos chamados cursos com empregabilidade e outros que não são mas a verdade é que não são. Nenhum deles tem nenhum tipo de garantias e a escola simplesmente a partir do momento em que o aluno sai, nem o aluno fica em ligação com a escola nem a escola em ligação com o aluno. Não sei se isto levará a algum pensamento em termos de futuro sobre as virtualidades dessa ligação, é só também uma ideia." -----

--- Foi dada de seguida a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões, Dr. Carlos Marta, cuja intervenção se transcreve: " Senhor Presidente, apenas três ou quatro notas importantes. A primeira naturalmente para cumprimentar todas as senhoras e senhores deputados intermunicipais. -----

--- A segunda para agradecer a amabilidade de nos receber na sua casa e no seu concelho o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mangualde e meu caro amigo João Azevedo e é naturalmente com muita satisfação que estou aqui por razões diversas, tive a oportunidade de viver aqui e jogar durante quatro anos no Grupo Desportivo de Mangualde, onde fui muito bem tratado e por isso queria através dele também deixar uma mensagem de respeito e de amizade para com os mangualdenses que de facto merecem esta nota e naturalmente para ele próprio visto que está no exercício das suas funções, um bom trabalho em prol das suas populações. -----

--- Uma terceira nota para o Senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal Dr. Almeida Henriques, e meu caro amigo também pela assunção das funções governativas. Esperamos e estamos convictos disso que saberá estar a altura das circunstâncias num momento tão difícil e delicado da vida do país. -----



Handwritten signature and initials in blue ink, including a large 'V' at the top and the name 'Carlos' written below a stylized signature.

Remo

--- Depois uma última nota que não poderia deixar de aqui referir, se me permitem também, visto que foi aqui anunciado inicialmente pelo Senhor Presidente, uma palavra de amizade e de respeito para com a secretária e deputada intermunicipal, Dr.ª Fátima Ferreira, que tanto quanto sabemos irá renunciar ao mandato, pela forma dialogante, pela colaboração e pelo respeito institucional que foi possível manter em prol da nossa região e por isso gostaria que os senhores deputados, em particular o Senhor Presidente, deixasse esta nota de apreço pela Deputada Fátima Ferreira, já tive aliás oportunidade de lhe enviar uma carta nesse sentido. ----

--- Em relação às questões que aqui foram levantadas, Senhor Presidente, são naturalmente questões pertinentes e que devem merecer de todos uma discussão bem profunda para bem da nossa região. -----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa cuja intervenção se transcreve: "Senhor Presidente, penso que o agradecimento que deixou expresso à Dra. Fátima Ferreira será comungado por todos, portanto colocarei em acta como enfim um sentimento de todos os membros da Assembleia Intermunicipal, se ninguém se opuser a isso. -----

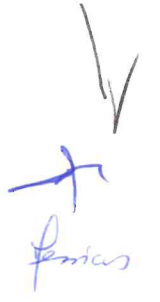
--- Quero também agradecer todas as palavras simpáticas que me dirigiram. Farei o melhor que puder e souber." -----

--- O Senhor Presidente da Mesa tendo verificado que não existia mais nenhum pedido de intervenção no período antes da ordem do dia deu o mesmo por encerrado. -----

--- Quanto ao **primeiro ponto da ordem de trabalhos** – Aprovação da acta da reunião anterior – Sem nenhum pedido de inscrição, foi aprovada por maioria, com sete abstenções. -----

--- Quanto ao **segundo ponto da ordem de trabalhos** – Informações – Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Executivo da CIMRDL, Dr. Carlos Marta, cuja intervenção se transcreve: "Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados intermunicipais julgo que de acordo com o regimento o secretariado e o Secretário Executivo da CIM Dão Lafões teve a oportunidade de enviar a todos informação escrita pormenorizada sobre o trabalho que foi desenvolvido nos últimos meses, fico à vossa disposição para alguma questão, alguma dúvida que nos queiram colocar." -----

--- O Senhor Presidente da Mesa tendo verificado que não existia mais nenhum pedido de intervenção deu o mesmo por encerrado, tendo passado de imediato ao **terceiro ponto da ordem de trabalhos** – Análise, Discussão e Aprovação da 2.ª Revisão Orçamental do exercício económico de 2011, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 13º da Lei 45/2008, de 27 de Agosto e na alínea b) do nº1 do artigo 21º dos Estatutos da CIMRDL – Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Executivo, Dr. Carlos Marta, que por sua vez a endereçou ao



Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve: “Vou ser muito breve também na apresentação da proposta da revisão orçamental. -----

--- Como é hábito foi remetida aos senhores deputados toda a documentação relativamente a esta proposta de revisão orçamental, foi enviado o mapa relativamente às alterações orçamentais da receita e da despesa e o mapa relativamente às alterações das Grandes Opções de Plano, quer o plano plurianual de investimentos, quer as actividades mais relevantes. -----

--- Em termos da receita a única alteração colocada em sede de orçamento prende-se com o protocolo de colaboração institucional que foi celebrado entre os municípios de Santa Comba Dão, Tondela e Viseu e a Comunidade Intermunicipal, relativamente à gestão da infra-estrutura da Ecopista do Dão. -----

--- No passado dia um de Julho foi inaugurada esta infra-estrutura em Viseu, em Tondela e em Santa Comba Dão e foi decidido pelos municípios transferirem a gestão para a Comunidade, nesse sentido foi dotada na parte da receita, conforme está plasmado nesse protocolo, as transferências de cada um destes municípios relativamente à gestão da infra-estrutura. -----

--- O valor que está na receita é um valor residual sendo meramente uma questão formal e de abrir a rubrica económica visto que estamos numa fase de aprovação e elaboração do plano de gestão desta Ecopista. -----

--- Um plano de gestão que vai ser aprovado por cada um dos municípios e depois na próxima assembleia intermunicipal, que será no mês de Novembro, cada um dos senhores deputados em sede de orçamento ordinário da Comunidade Intermunicipal vai poder verificar a abertura da GOP da gestão da Ecopista do Dão onde irá estar plasmado toda a orçamentação que a gestão da ecopista vai ter nas suas variadas vertentes: manutenção, conservação, limpeza e a sua promoção e divulgação. -----

--- Relativamente à despesa é uma revisão orçamental que se destinou efectivamente a dotar a execução de alguns projectos, a Comunidade Intermunicipal tem desenvolvido e conforme têm verificado nas assembleias anteriores um conjunto de projectos supra municipais, o projecto da “Rede Urbana Viseu Dão Lafões”, foi apresentado no passado dia quinze de Junho as candidaturas individuais de cada um dos parceiros onde a Comunidade Intermunicipal é chefe de fila de três projectos: a “Marca Viseu Dão Lafões”, a “Governança da Rede” e também por outro lado a “Oferta Cultural” integrada nesses seis concelhos. -----

--- Portanto, só após a apresentação dessas candidaturas individuais porque o que está aprovado é o plano estratégico, obviamente que quando passarmos esses projectos para a sua

execução e apresentação da candidatura é que é possível dotar cada uma das rubricas da GOP deste projecto. -----

--- Temos também o projecto da “Modernização Administrativa no Território Dão Lafões”, um projecto que também se está a desenvolver em cada um dos catorze municípios, onde a Comunidade Intermunicipal é chefe de fila mas também é executora neste projecto portanto também há alterações nesta Grande Opção de Plano, o projecto de formação supra municipal quer o projecto de formação acção que foi concluído em Março, aproveitou a oportunidade para dizer com grande sucesso e com reconhecimento por parte dos colaboradores dos municípios e também por cada um dos seus presidentes, em sede de Conselho Executivo, que de facto houve uma transferência grande de know-how e competência para os colaboradores dos municípios, e porque encerrou em Março obviamente também aqui em sede de revisão orçamental colocámos os saldos residuais a zero, visto que não vai haver mais nenhuma despesa a imputar a este projecto. -----

--- A Comunidade Intermunicipal já elaborou o pedido de saldo final ao POPH onde obteve um grau de execução e de volume de formação de projecto que rondou os noventa e oito por cento o que é revelador também da boa gestão administrativa e financeira do mesmo e obviamente aqui também dos municípios porque o sucesso do projecto depende dos municípios e dos seus colaboradores. -----

--- O projecto da “Eficiência Energética Ambiental no Território Dão Lafões”, estamos no Município de Mangualde, que também é executor neste projecto, estamos a concluir o estudo diagnóstico, que está a ser realizado pelo Instituto Politécnico de Viseu, vamos até ao final do ano fazer avançar o procedimento concursal relativamente às infra-estruturas de carregamento e nesse sentido também houve necessidade de fazer alterações no âmbito do orçamento. -----

--- Quanto ao projecto do “Empreendedorismo na Região Dão Lafões”, que apenas se iniciou agora a execução, foi necessário proceder a alguns ajustamentos no âmbito da GOP. -----

--- Basicamente de uma forma muito rápida era só isto que eu tinha para vos dizer, obviamente que aguardarei a discussão e algum esclarecimento que os senhores deputados queiram ter. -----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa e em face da inexistência de pedidos de intervenção, foi o presente ponto colocado a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade.

--- Informou, também, a Assembleia que a presente deliberação fora aprovada em minuta, nos termos do artigo vigésimo sétimo número três do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

-----Relativamente ao **quarto ponto da ordem de trabalhos** – Ponto de situação do Processo de Contratualização entre a CIMRDL e a Autoridade de Gestão do Programa “Mais Centro” – foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Executivo, Dr. Carlos Marta, cuja intervenção, se transcreve: “Antes de passar a palavra ao Dr. Nuno Martinho, apenas dar nota de que estamos numa fase transitória, estamos naturalmente à espera de decisões nacionais e regionais no âmbito do QREN tendo em conta a necessidade ou não de abertura do balcão permanente que estava previsto. -----

--- Portanto estamos nesta altura condicionados ao que vai acontecer nos próximos tempos e às orientações que forem emanadas em termos superiores, de qualquer forma o Dr. Martinho irá fazer um ponto da situação em relação a este processo.”-----

--- Usou então da palavra o Secretário-Executivo, Dr. Nuno Martinho, cuja intervenção, se transcreve: “relativamente à última assembleia intermunicipal de Abril de dois mil e onze, em termos de contratualização aguardamos obviamente instruções relativamente à abertura de avisos de concurso no âmbito do MaisCentro e também dos PO Temáticos onde os municípios se possam candidatar e a Comunidade Intermunicipal também. -----

--- Mas obviamente a actividade desenvolvida desde Abril até hoje baseou-se no acompanhamento físico e financeiro dos projectos que estão aprovados no âmbito da contratualização. -----

--- Continuamos de facto a trabalhar e a caminhar na execução para a manter nos patamares no ano de dois mil e dez, em termos de execução do QREN. -----

--- Este é um quadro já conhecido por vocês que tem a ver com os grandes números da contratualização, a sua divisão pelos grandes eixos e regulamentos do programa MaisCentro, que totaliza os cerca de setenta e três milhões de euros que a Comunidade contratualizou com o MaisCentro. -----

--- Estamos neste momento com um FEDER aprovado de setenta milhões de euros e temos ainda dois milhões e trezentos mil euros por comprometer e que têm a ver com o aviso de abertura que vai abrir e que respeita à aplicação de alguns valores que transitaram ainda do QCAIII. -----

--- Temos uma taxa de FEDER comprometido de noventa e seis vírgula três por cento, temos uma taxa de FEDER contratualizado de quarenta e sete vírgula três por cento. -----

--- O contrato de subvenção global tinha dois períodos, tinha o período de dois mil e oito a dois mil e dez e o período dois mil e onze a dois mil e treze e é exactamente este primeiro período dois mil e oito a dois mil e dez que marca a taxa de execução para que os municípios

↓
h
fmas

possam aceder à bolsa de mérito, no fundo um prémio pela boa execução que as Comunidades Intermunicipais e que cada um dos municípios tiveram.-----

--- Estava balizado que só poderiam aceder à bolsa de mérito as CIM que chegassem a setenta e cinco por cento da execução. Neste momento a CIM Dão Lafões atingiu um montante que ronda os oitenta e cinco por cento da taxa de execução.-----

--- Temos noventa e seis projectos aprovados na Comunidade Intermunicipal nas mais variadas áreas Economia Digital e Sociedade do Conhecimento, nas Acessibilidades, Mobilidade Territorial Urbana e Mobilidade Territorial, Equipamentos de Coesão, a Modernização Administrativa, Acções de Regeneração Urbana e de Qualificação Urbana, dizer obviamente, que estes noventa e seis projectos estão aprovados e é a Comunidade Intermunicipal e os seus técnicos que diariamente fazem o acompanhamento físico e financeiro das operações, a elaboração dos pedidos de pagamento e o envio dos pedidos de pagamento para validação por parte do IFDR que é ela que remete depois as comparticipações FEDER para cada um dos municípios e também cabe à Comunidade Intermunicipal, que é isso que estamos agora a começar a fazer, o encerramento das operações, as verificações físicas e documentais nos municípios para que de facto possamos encerrar o projecto em cada um dos municípios e libertar também os últimos cinco por cento que ficam cativos até ao encerramento da operação.-----

--- O Observatório do QREN em Maio de dois mil e onze alterou a metodologia de avaliação da execução e enquanto no passado avaliava a execução tendo em conta o total de valor contratualizado agora alterou essa metodologia e a taxa de execução passou a ser medida tendo por base o previsto para o período.-----

--- Contudo continuamos com um FEDER validado contratualizado que ronda os sessenta por cento.-----

--- E era basicamente isso que eu tinha para apresentar que era de facto o ponto de situação e como se posiciona a Comunidade Intermunicipal em termos dos seus pares da Região Centro e a nível nacional.-----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa que após ter indagado se alguém pretendia intervir e não havendo qualquer solicitação para usar da palavra, passou de imediato ao **quinto e último ponto da ordem de trabalhos** – Outros Assuntos – Não se tendo verificado nenhum pedido de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou o Senhor Presidente do Conselho Executivo se deseja usar da palavra ao que este respondeu afirmativamente.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Executivo, Dr. Carlos Marta, cuja intervenção se transcreve: “Apenas Senhor Presidente dar conta que conhecida a intenção de eventualmente as Comunidades Intermunicipais passarem a ter ou receberem competências quer das câmaras municipais quer do Governo, dizer da nossa parte estaremos disponíveis para com a vossa ajuda fazermos o trabalho de casa e procurarmos responder aos desafios e às ambições das nossas populações. -----

--- Mas mais do que esse desafio importa saber, e para mim esse é o aspecto mais importante e mais significativo, é a estratégia a desenvolver, o que queremos para o nosso território e para o nosso País. Eu acho que é esse o ponto fundamental que a todos deve preocupar antes de qualquer outra situação e por isso eu espero que o que está a acontecer na generalidade do País e o que está a acontecer na generalidade dos nossos concelhos, a quebra significativa das receitas, sobretudo ao nível autárquico, que “ataca” todos os autarcas com quedas substantivas nas transferências do Estado, quedas substantivas nas receitas de urbanização, quedas substantivas na derrama, quedas substantivas no IMT, o que significa que os tempos que se aproximam, para quem tem responsabilidades autárquicas, nas câmaras, nas juntas, nas assembleias municipais e intermunicipais é seguramente uma tarefa muito difícil.-----

--- E por isso nesta altura em que o País também está confrontado com uma situação de ter de cumprir os seus compromissos internacionais, é importante que possamos neste ou naquele momento colocar de lado as nossas possíveis e responsáveis divergências democráticas e colocarmos em cima da mesa as necessidades de nos unirmos no essencial para, de facto, ultrapassarmos esta situação difícil em que nos encontramos. -----

--- Acho que ninguém pode naturalmente ficar de fora, nós estando de certa forma a sofrer também as consequências de uma sociedade muito consumista, muito virada para si própria, pensando apenas e só em nós, esquecendo-nos de que o futuro também é importante, sobretudo para os nossos filhos, para os nossos netos e para as nossas netas e a natureza muitas vezes encarrega-se de pôr tudo no sítio certo.-----

--- Tempos houve em que muita gente não se preocupava na reorganização, por exemplo, do ponto de vista escolar, em fecharem escolas, mas quando se começam a fechar as escolas, começam-se também a fechar concelhos, a fechar freguesias e é uma preocupação imensa e não adianta atirar a culpa para os outros ou atirar pedras, a responsabilidade é de todos nós, em particular daqueles que temos responsabilidades autárquicas.-----

--- Portanto é também o tempo de fazermos uma avaliação do que fomos capazes de fazer nos últimos anos e eu também falo por mim, porque sou responsável político há alguns anos.-----



--- Eu gostaria, como político, de deixar à geração futura aquilo que os anteriores nos deixaram a nós e acho que nesta altura é este o apelo que eu gostaria de aqui fazer de que possamos de facto pensar numa boa estratégia capaz de mobilizar a nossa sociedade civil mas também a sociedade empresarial para ultrapassarmos esta grave crise social e económica com que estamos confrontados.-----

--- Não vale a pena escondê-lo, o País tem de cumprir os seus compromissos internacionais senão não temos dinheiro, ninguém nos empresta dinheiro. Portanto é bom que tenhamos consciência deste facto. Claro que há prioridades em cada um dos concelhos, na própria CIM mas eu julgo que esta consciência nacional e esta consciência regional é cada vez mais necessária de forma a ultrapassarmos os problemas.-----


--- Da nossa parte, repito, em termos de Comunidade Intermunicipal julgamos e dizemos isto hoje e dissemos isto anteriormente, estamos em condições de o fazer porque no Conselho Executivo da CIM Dão Lafões estão catorze Presidentes de Câmara, ou seja, estão eleitos directamente pelas suas populações e portanto têm aqui uma legitimidade reforçada, assim como as senhoras e senhores deputados também foram eleitos em cada um dos concelhos, o que significa que temos aqui um órgão que pode naturalmente ter uma voz, uma palavra e uma acção muito importante na defesa dos interesses das nossas populações."-----

--- Foi dada a palavra ao Deputado Rui Costa, cuja intervenção se transcreve: "Muito rapidamente porque é uma questão de justiça material, eu há pouco tive que me ausentar e sei que foi posto em causa uma afirmação minha sobre a existência de cinco vereadores a tempo inteiro em Vouzela e queria só dizer o seguinte: de facto errei são quatro e meio e arredondei para cinco, porque havia quatro eleitos a tempo inteiro e um a meio tempo."-----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa, Dr. Almeida Henriques que agradeceu a presença de todos, em especial a do Senhor Presidente do Conselho Executivo e do Senhor Secretário Executivo.-----

--- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a sessão por encerrada às dezanove horas e trinta minutos, lavrando-se a presente acta que vai ser devidamente subscrita pelo Presidente da Mesa e pela Secretária da mesma.-----

Almeida Henriques


Maria Ferganda Freitas Velloso